

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

NOVOS TEMPOS!
ALBÉRICO CORDEIRO
Prefeito



REGISTRADO SOB N. 1493/2001

AS. FLS. m^o 74 v^o 78

LIVRO N. 25

EM 14/01/2002

Plenária
FUNCIONÁRIO

LEI Nº 1493/2001 DE 10 DE ABRIL DE 2001

Revoga o Art. 11 da Lei nº 1.423/98 e estabelece o sistema Moto-Táxi no Município de Palmeira dos Índios e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, ESTADO DE ALAGOAS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogado o Art. 11 da Lei nº 1.423/98, de 04 de agosto de 1998.

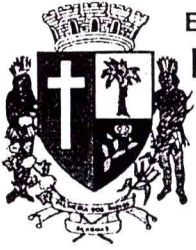
Art. 2º - Fica estabelecido o sistema de Moto-Táxi no Município de Palmeira dos Índios, com as seguintes normas:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – **Serviços de Transportes de Passageiros em Motocicleta Moto-Táxi:** o transporte de apenas um passageiro, realizado em veículos adequado e conduzido por condutor devidamente credenciado para esse fim.

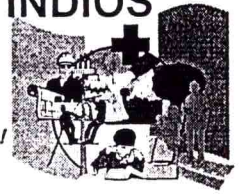
II – **Condutor:** motorista profissional, devidamente credenciado para exercer a atividade de condução de motocicleta.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

NOVOS TEMPOS!
ALBÉRICO CORDEIRO
Prefeito



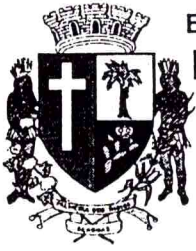
III- Autorização de Tráfego: documento que permite o veículo trafegar para o serviço de moto-táxi, na forma de alvará ou licenciamento.

Art. 4º - As referidas motos deverão ser licenciadas pelo órgão municipal competente, após terem sido devidamente vistoriadas pela Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito do Município de Palmeira dos Índios.

CAPÍTULO II DOS REQUISITOS PARA DE CONDUTOR VEÍCULO MOTO-TÁXI

Art. 5º - Para a inscrição de veículo moto-táxi, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos:

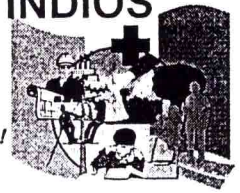
- I – Ser maior de vinte e um anos;
- II- Ser habilitado na categoria “A” pelo menos há um ano;
- III- Apresentar fotocópia da Certidão de Identidade, CNH, CIC, Título Eleitoral, Carteira do Sindicato dos Mototaxistas e da SMTT de Palmeira dos Índios;
- IV- Residir no Município de Palmeira dos Índios há mais de cinco anos e apresentar comprovante de residência;
- V– Não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;
- VI– Ser aprovado em curso especializado, nos termos de Regulamentação do CONTRAN.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

NOVOS TEMPOS!
ALBÉRICO CORDEIRO
Prefeito



CAPÍTULO III DAS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE E PERMISSÃO

Art. 6º - Expedição do alvará de permissão para a exploração de serviço no transporte de passageiro de motocicleta, será apenas aos motoristas profissionais autônomos.

Art. 7º - Ser proprietário do veículo ou estar de posse do mesmo, com o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, registrado neste Estado de Alagoas.

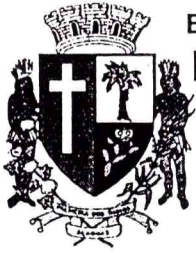
Art. 8º - Possuir seguro de vida que estabeleça indenização de morte acidental, invalidez permanente e parcial.

Parágrafo Único – O Mototaxista deverá inscrever-se no INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) na categoria de autônomo.

Art. 9º - O número de permissão e/ou licenciamento será em concordância de número de uma motocicleta para cada três veículo táxis.

Art. 10 – O alvará de permissão será pessoal e intransferível, exceto nas seguintes condições:

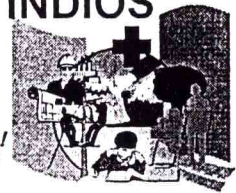
- I- Morte do mototaxista;
- II- Invalidez permanente;
- III- Desistência da atividade, que deverá ser comunicada ao órgão municipal competente.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

NOVOS TEMPOS!
ALBÉRICO CORDEIRO
Prefeito



CAPÍTULO IV DOS VEÍCULOS PARA O SERVIÇO

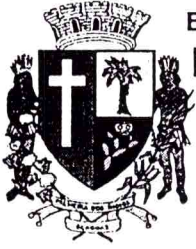
Art. 11 – Para a apresentação do serviço de moto-táxi, será utilizado o veículo automotor do tipo motocicleta, devendo atender obrigatoriamente, as seguintes exigências:

- I – Ter no mínimo cinco anos de fabricação;
- II – Ter potência de 125 (cento e vinte e cinco) até 450 (quatrocentos e cinquenta) cilindradas;
- III – Possuir dois retrovisores;
- IV – Estar equipada com mata-cachorro dianteiro;
- V – Protetor de escapamento;
- VI – Obedecer normas de regulamentação do Código de Trânsito;
- VII- A substituição do veículo moto-táxi, somente será autorizada, quando esse for do mesmo ano de fabricação ou mais recente, conforme inciso I deste artigo, com a devida comunicação ao órgão municipal competente.

CAPÍTULO V DOS ACESSÓRIOS DO CONDUTOR

Art. 12 – O condutor deverá, obrigatoriamente, usar:

- I – Capacete com viseira transparente;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

NOVOS TEMPOS!
ALBÉRICO CORDEIRO
Prefeito



II – Colete refletivo, fornecido pelo Sindicato dos Mototaxistas do Estado de Alagoas – SIMEAL;

III – Calçado adequado.

Art. 13 – O condutor deverá, obrigatoriamente, portar e oferecer ao usuário:

I – Tôca descartável;

II- Roupa de chuva.

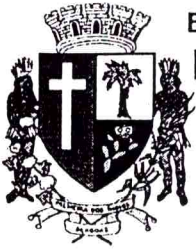
CAPÍTULO VI DAS TARIFAS

Art. 14 – A tarifa será estabelecida e reajustada de acordo com o cálculo tarifário, considerando-se os custos de operação, manutenção, depreciação do veículo e o justo lucro do capital investido, de forma que assegure a estabilidade financeira do serviço.

Art. 15 – Periodicamente, serão examinadas as tarifas e, se houverem variações ascendentes e descendentes dos integrantes da composição tarifária, após e devidamente comprovadas, proceder-se-á o reajuste.

CAPÍTULO VII DOS PONTOS DE ESTACIONAMENTO

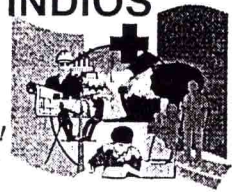
Art. 16 – A localização dos pontos de estacionamentos de veículo moto-táxi, será definido pelo órgão municipal competente.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

NOVOS TEMPOS!
ALBÉRICO CORDEIRO
Prefeito



Parágrafo Único – Qualquer ponto de estacionamento poderá ser, por motivo de interesse público, extinto, transferido, ampliado ou diminuído, através de ato do órgão municipal competente.

CAPÍTULO VIII DOS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CONDUTA DE MOTOTÁXISTAS

Art. 17 – O número de passageiro será apenas de um.

Art. 18 – Fica vetado o transporte de:

I – Criança menor de sete anos, ou que não tenha mais circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança;

II- Pessoas em visível estado de embriagues ou sob efeito de entorpecente.

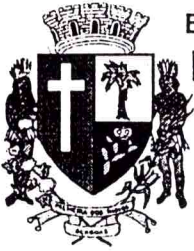
CAPÍTULO IX DA FISCALIZAÇÃO

Art. 19 – A fiscalização será exercida pelo Sindicato dos Mototaxistas do Estado de Alagoas sobre todos os taxistas cadastrados ou não, no âmbito deste Município, em parceria com o poder público municipal competente.

Art. 20 – A inobservância das obrigações previstas nesta Lei e demais atos expedidos nesse sentido, acarretará as seguintes sanções gradativas a que se sujeitará o infrator, aplicadas separadas ou cumulativamente:

I – Advertência inscrita;

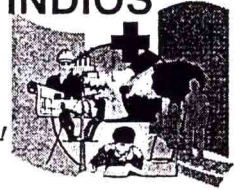
II – Multa no valor de R\$ 1.000 UFIS;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

NOVOS TEMPOS!
ALBÉRICO CORDEIRO
Prefeito



- III - Suspensão ou cassação do alvará ou licenciamento;
- IV - Os veículos moto-táxis não cadastrados no Sindicato dos Mototaxistas do Estado de Alagoas e no órgão municipal competente, serão retidos, sendo liberados após o pagamento da multa e de estadia da última em concordância com o Código Tributário do Município de Palmeira dos Índios;
- V - As penalidades não previstas nesta Lei serão regulamentadas pela Prefeitura Municipal, através de Decreto.

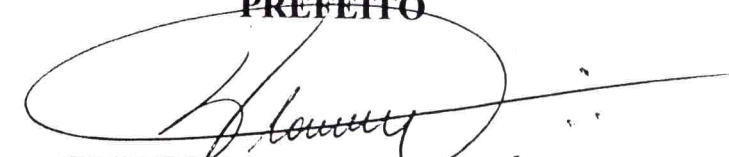
Art. 21 - O Poder Executivo Municipal poderá, via Decreto, proceder às regulamentações com a finalidade de adequar a execução plena desta Lei.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, em 10 de abril de 2001.


ALBÉRICO CORDEIRO
PREFEITO


RICARDO BEZERRA VITÓRIO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO